

Chile rejeita nova Constituição por ampla margem, em derrota do governo

Presidente Boric diz que 'é preciso escutar o povo' e enviará projeto para redação de outra Carta

Sylvia Colombo

SANTIAGO O Chile rejeitou por ampla margem a proposta de nova Constituição que foi a votação neste domingo (4). Com 99,86% das urnas apuradas até as 22h30 de Brasília (21h30 locais), a rejeição à Carta venceu por 61,87% a 38,13%. O presidente Gabriel Boric convocou uma reunião com todos os partidos nesta segunda-feira (5), às 16h locais.

A jornada foi marcada por grandes filas, uma vez que, neste plebiscito, o voto era obrigatório. Não houve episódios de violência nem irregularidades, segundo as autoridades eleitorais.

A rejeição é uma derrota do governo do esquerdista Boric, pouco antes de completar seis meses de mandato. Apesar de não ter apoiado abertamente a aprovação, a gestão se debilita pelo fato de a nova Constituição ter sido um dos motores de sua coalizão política e parte essencial de sua campanha à Presidência.

Boric se manifestou depois do resultado. Disse que "a democracia sai mais robusta", mas que "é preciso escutar a voz do povo, devemos ser autocríticos". "Comprometo-me a pôr tudo de minha parte para construir em conjunto com o Congresso e a sociedade civil um novo itinerário constituinte. Não podemos deixar passar o tempo nem nos enredarmos em polémicas."

"Não esqueçamos por que chegamos aqui. Este mal-estar segue latente e não podemos ignorá-lo", disse Boric, em referência à onda de protestos nas ruas de 2019.

Assim que a apuração começou a apontar para a derrota da aprovação, ouviram-se buzinações e gritos de "Viva, Chile" nos arredores da Praça Dignidad, epicentro dos protestos e festejos. As comemorações ocorreram em vários pontos de Santiago, principalmente no norte da cidade, onde estão os bairros mais ricos. Nas esquinas dos bairros de Vitacura e Las Condes, havia gente carregando bandeiras do Chile e fogos de artifício.

Agora, o caminho a ser seguido é mais espinhoso. Boric e os principais partidos do país haviam acordado, embora não formalmente, que o processo constitucional teria sequência mesmo com o cenário da rejeição, com o início da redação de uma nova Carta.

Boric convocará os principais partidos do país para formular uma proposta, que se-



Partidários do 'não' à nova Constituição comemoram em Santiago Martin Bernetti/AFP

61,87% foi o percentual dos eleitores que rejeitaram a nova Constituição, com a quase totalidade das urnas apuradas

rá enviada ao Congresso, no qual o governo não tem maioria, para aprovação. Entre os pedidos da direita para o novo processo estão o de diminuir a cota de participação de independentes e dos indígenas, que tiveram 17 cadeiras na Assembleia, cada um representando uma nação indígena do país. A direita prefere que, desta vez, exista uma maior participação dos partidos tradicionais.

Após o resultado, o presidente da UDI, principal partido de direita, Javier Macaya, disse que cumprirá o acordo de "continuar com o diálogo por uma nova Constituição, mas dessa vez uma Constituição que una os chilenos".

Já a esquerda quer que o texto rejeitado sirva de base para o próximo e que mantenha as ideias de plurinacionalidade, defesa do ambiente e dos direitos da mulher. O plano da ala progressista também é que o novo texto fique pronto em um ano e que seja aprovado antes de 11 de setembro do ano que vem, quando se completam 50 anos do golpe militar que deu início à ditadura Pinochet (1973-1990).

Um dos empecilhos, porém, será o fato de que, segundo a lei eleitoral, não é possível realizar uma nova eleição de integrantes de uma nova Assembleia Constituinte em menos de 125 dias depois do plebiscito deste domingo.

Há outras opções na mesa, por exemplo, em vez de eleger

uma nova Assembleia Constituinte. Uma delas é que o Congresso escolha um comitê de especialistas, constitucionalistas e advogados para que redija a Carta. Também se discutirá se seria necessário outro plebiscito de aprovação ao final ou se o próprio Congresso poderia ou não aprová-la.

De todo modo, mesmo que o processo constitucional siga adiante, o país continuará em um compasso de espera política, enquanto se acumulam problemas econômicos, como uma inflação em torno de 13%, e sociais, como o aumento das denúncias de violência em 30% no último ano.

Gabriel Boric surgiu no contexto dos protestos estudantis de 2011, que pediam reformas no sistema educacional. Em 2019, novas manifestações ampliaram essas reivindicações para incluir o acesso a pensões, saúde e moradia de qualidade. O atual presidente foi um dos articuladores do acordo que acalmou as ruas e pressionou o então governo do de direita Sebastián Piñera a dar início ao processo constitucional.

Em outubro de 2020, 80% dos chilenos decidiram num plebiscito aposentar a Constituição de 1981, promulgada na ditadura militar. Dois anos depois, porém, não houve consenso para aprovar a nova Carta, redigida por uma Assembleia Constituinte composta em sua maioria por legisladores independentes de

esquerda. Houve paridade de gênero e representação dos povos originários.

Ao longo do dia nas urnas, ex-presidentes chilenos também votaram e se expressaram. Eduardo Frei (1994-2000), que defendia a rejeição, afirmou que "um novo texto precisa unir o Chile, ouvir ainda mais pessoas do que foram ouvidas neste processo". Já Michelle Bachelet (2006-2010 e 2014-2018), que votou em Genebra, apoiou a aprovação, afirmando que era "mais fácil aprovar e depois consertar" do que começar tudo do zero. Enquanto isso, Ricardo Lagos (2000-2006), que havia feito várias críticas ao processo e chegou a anunciar que rejeitaria a Carta, recuou dos ataques e preferiu não declarar voto. O antecessor de Boric, Sebastián Piñera, apoiou abertamente a rejeição.

Carola Torello, 48, eleitora que votou no fim da tarde em uma seção de Las Condes, era uma das que rejeitaram a proposta. "Nesta Constituição não se diz nada sobre segurança, e é o principal problema desse país. A violência só aumentou desde que começaram a chegar tantos venezuelanos. Este governo não me representa, e essa Carta é nefasta", afirmou.

Já Sergio Ortuño, 35, afirmou que votou pela aprovação porque "temos de virar a página do regime militar, lutar por um país mais igualitário e inclusivo".

“É preciso escutar a voz do povo, devemos ser autocríticos. Comprometo-me a pôr tudo de minha parte para construir em conjunto com o Congresso e a sociedade civil um novo itinerário constituinte.”

Gabriel Boric presidente do Chile

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo